



I. DA TEMPESTIVIDADE

Em 07/06/2018 a **KPMG** tomou conhecimento da decisão quanto ao julgamento da Comissão Especial de Licitação do **Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo S/A**, doravante denominada simplesmente **BANDES** – na Concorrência Pública nº 2018/001, à qual foi disponibilizada e divulgado por e-mail a todos licitantes, pelo próprio **DAE**.

Assim, conforme prevê a Lei 8.666/1993, em seu art.109, inciso I, alínea “b” e § 5º, temos que:

Art. 109. Dos atos da Administração decorrentes da aplicação da Lei cabem:

I - recurso no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da intimação ou ata da lavratura da ata nos casos de:

.....*Omissis*.....

b) julgamento das propostas;

§ 5º Nenhum prazo de recurso, representação ou pedido de reconsideração se inicia ou corre sem que os autos do processo estejam com vista ranqueada ao interessado. (Grifo nosso)

Dessa forma, tendo em vista que a divulgação da decisão do certame licitatório em comento ocorreu em **07/06/2018** – quinta-feira, e, considerando o prazo de 5 (cinco) dias úteis para apresentação das razões de recursos, conforme disposto no item 12.1 do Edital, e a são tempestivas as razões apresentadas até o dia **14 de Junho de 2018**.

II. SÍNTESE DO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO

O **Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo S/A**, por meio da Comissão de Licitação faz processar certame licitatório na modalidade de Concorrência Pública, que tem por objeto a *contratação de serviços técnicos especializados de auditoria contábil independente, para o Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo S/A – BANDES, e Fundos de Desenvolvimento: Fundo para Financiamento de Micro e Pequenos Empreendimentos e Projetos Sociais – FUNDAPSOCIAL, Fundo de Desenvolvimento do Espírito Santo – FUNDES e Fundo de Desenvolvimento e Participações do Espírito Santo – FUNDEPAR-ES, para o Exercício Social de 2018.*

A **KPMG** apresentou toda a documentação necessária, ou seja, os documentos de Habilitação, a Proposta de Técnica e a Proposta de Preços.

Conforme registrado na Ata de Licitação disponibilizada no dia 07/06/2018, as empresas **KPMG Auditores Independentes** e **BDO RCS Auditores Independentes S/S**, doravante denominada **BDO**, únicas participantes do certame licitatório, foram inabilitadas pela Comissão de Licitação, haja vista que as mesmas, segundo o Presidente desta Comissão, não apresentaram todas as documentações exigidas para fins de habilitação.

Ocorre que, no que tange à inabilitação das licitantes, verificou-se a necessidade de reforma da r.decisão recorrida tendo em vista a possibilidade da aplicação do §3º, do art. 48 da Lei de Licitações sendo possível a esta i. Comissão de Licitação a determinação de apresentação novos documentos escoimados, tendo em vista os defeitos na documentação apresentada por todas as licitantes e ainda o pronunciamento formal sobre a ausência da Certidão de Regularidade de Tributos Municipais por parte da licitante BDO, conforme passa-se a aduzir.

III – DA POSSIBILIDADE DE NOVA DOCUMENTAÇÃO ESCOIMADA DE VÍCIO

Após análise da documentação apresentada pelas licitantes pelo **BANDES**, foram identificadas supostas não conformidades tanto por parte da **KPMG**, quanto por parte da **BDO**, motivo pelo qual levou a Comissão de Licitação optar pela inabilitação das referenciadas licitantes.

Segue abaixo, trecho do parecer exarado pelo **BANDES**:

Aberta a sessão, verificou-se inicialmente a situação dos licitantes perante o Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Federal e Estadual, não havendo qualquer registro em ambos. Em seguida os documentos apresentados pelas licitantes foram analisados por cada membro da Comissão. Após a análise detalhada de todas as exigências de habilitação do edital, a Comissão decidiu, por unanimidade, **INABILITAR** as empresas: **BDO RCS Auditores Independentes**, por ter apresentado as declarações (fls. 291 a 294) exigidas nos subitens 1.1 a 1.5, do Anexo II do Edital, assinadas por sócio sem poderes de representação legal, contrariando o que determina o Edital em seu subitem 1.6, do Anexo II; e **KPMG Auditores Independentes**, por ter apresentado balanço patrimonial e demais demonstrações contábeis (fls. 421 a 446) que não são referentes ao último exercício social já exigível, conforme determina o subitem 4.2, do Anexo II do Edital.

Após a decisão de inabilitar as licitantes **KPMG** e **BDO**, a Comissão Especial de Licitação abriu prazo para interposição de recurso das referidas licitantes, conforme destaca-se abaixo:



Tendo em vista as irregularidades constatadas em todas as propostas apresentadas a Douta Comissão de Licitação deve observar o que está preconizado no parágrafo §3º do artigo 48 na Lei de Licitações, senão vejamos:

A Comissão Especial de Licitação determinou a publicação do resultado da fase de habilitação no sítio eletrônico do BANDES e através de correio eletrônico para os licitantes no dia 07 de junho de 2018, ficando aberto o prazo para recurso até 14 de junho de 2018. Em caso de interposição de recurso, ficam, desde já, as empresas licitantes intimadas para apresentarem suas contrarrazões até o dia 21 de junho de 2018.

Art. 48. Serão desclassificadas:

I - as propostas que não atendam às exigências do ato convocatório da licitação;

.....omissis.....

§ 3º Quando todos os licitantes forem inabilitados ou todas as propostas forem desclassificadas, a administração poderá fixar aos licitantes o prazo de oito dias úteis para a apresentação de nova documentação ou de outras propostas escoimadas das causas referidas neste artigo, facultada, no caso de convite, a redução deste prazo para três dias úteis. (Incluído pela Lei nº 9.648, de 1998)

Certo é que, a legislação ao dispor que se todas as propostas forem desclassificadas poderá a Administração Pública fixar aos licitantes o prazo de 8 dias úteis para a apresentação de outras propostas, escoimadas das causas que deram margem à desclassificação, objetiva principalmente respeitar e dar efetividade aos princípios da razoabilidade¹, do formalismo moderado², economicidade, eficiência e do aproveitamento dos atos válidos que compõem o procedimento licitatório.

¹ Comentando a incidência do princípio da razoabilidade nos processos administrativos, importante se mostra a doutrina de José dos Santos Carvalho Filho, *verbis*: "Aqui se tem em mira exigir que as ações administrativas guardem compatibilidade entre os fundamentos e o objetivo do ato, ou seja, sejam dotados de congruência entre o motivo e o objeto, na feliz referência de MARCELO CAETANO. O objetivo do princípio da razoabilidade é a relação triangular que se institui entre motivo, meio e fim e serve para verificar a coerência das condutas estatais. Não se trata de mero juízo de valor pessoal - este irrelevante para a Administração. Cuida-se, isto sim, de concreta observação sobre os elementos básicos da conduta administrativa, ou seja, de constatar se a conduta é compatível com o fim legal (adequação); se é necessária, inexistindo outro meio menos gravoso para alcançar o fim (exigibilidade); e se as vantagens perseguidas superam as desvantagens (proporcionalidade em seu sentido estrito). Aplicado ao processo administrativo, o princípio implica a ideia de que os atos que o compõem devem refletir os elementos da adequação, necessidade e proporcionalidade, todos integrantes do sentido de razoabilidade" (Processo Administrativo. Direito Administrativo. Série Direito em Foco. Coord. Valter Shuenquener de Araújo. Niterói: Ímpetus, 2005. p. 139-168, p. 158-159).

² Formalismo é a exacerbação da formalidade e não deve mais ser admitido no novo perfil de atuação da Administração Pública, que, conforme já se anunciou, busca a substituição do modelo burocrático

Observe-se que a Lei de Licitações e Contratos elencou taxativamente as hipóteses em que as propostas dos licitantes poderão ser desclassificadas. E, em sendo parcial a desclassificação, o certame prossegue com os licitantes habilitados e classificados. Se todos os licitantes forem desclassificados, aplicar-se-á a regra enunciada pelo § 3º do artigo 48 da Lei Federal nº 8.666/93, supramencionada.

Importante ressaltar que, o §3º, do artigo 48, da Lei 8.666/93 acima transcrito, encerra à Administração Pública uma faculdade, ou seja, à ela caberá, à luz de critérios de conveniência e oportunidade, decidir, fundamentadamente, se, diante da desclassificação de todas as propostas, realizará um novo certame dado que a licitação restou fracassada ou se, ao contrário, buscará escoimar os vícios das propostas apresentadas, aproveitando-se, assim, o procedimento já em curso, tomando-se por base os princípios preditos.

Contudo, resguardadas a economicidade, a eficiência e o aproveitamento dos atos válidos do certame e, além disso, protegidos os princípios da isonomia³ constante

(de forte controle interno) pelo modelo gerencial ou consensual de administração pública, onde se privilegia o resultado. O formalismo, em última análise, pode inquinar o ato ou o procedimento de ilegalidade, em razão do desvio de finalidade e por violação à regra de razoabilidade.

Sobre a ideia de "formalismo moderado", sobretudo em procedimentos concorrenciais, mencione-se a doutrina de Mônica Martins Toscano Simões: "É de se registrar ser preferencial a expressão formalismo moderado a informalismo, pois esta poderia levar à absurda ideia de que não há qualquer exigência formal a ser observada no bojo do processo administrativo. O certo é que tais exigências devem ser atenuadas, mas não a ponto de pôr em risco a segurança processual.

[...]

Contudo, é de se alertar que a aplicação do formalismo moderado nos processos concorrenciais só é permitido com relação a formalidades não essenciais - isto é, aquelas que não comprometem sua finalidade; é óbvio que a atenuação das formalidades não pode ser invocada para afastar nulidades. A razoabilidade deve guiar a Administração na aplicação do princípio do formalismo moderado em processos concorrenciais" (O Processo Administrativo e a Invalidade de Atos Viciados. Coleção Temas de Direito Administrativo nº 10. São Paulo: Malheiros, 2004, p. 100-101).

³ Segundo Maria Sylvia Zanella Di Pietro (Direito Administrativo, Vigésima Quarta Edição, Ed. Atlas, pg. 361), o princípio da igualdade constitui um dos alicerces da licitação, na medida em que esta visa, não apenas permitir à Administração a escolha da melhor proposta, como também assegurar igualdade de direitos a todos os interessados em contratar.

O princípio da isonomia visa vedar o estabelecimento de condições que impliquem preferência em favor de determinados licitantes em detrimento dos demais.



do art.34 da Lei Geral de Licitações e da competitividade⁵ – prerrogativas presentes no caso concreto – a alternativa que melhor prestigia os princípios atinentes a licitação pública no presente caso é a da aplicação do §3º do art.48.

O estabelecimento da escoima se configura num poder dever da Administração Pública a adoção de tal medida, principalmente por ser extremamente vantajoso o aproveitamento do procedimento licitatório iniciado. Vejamos o que explicita Matheus Carvalho⁶ sobre tal questão:

Mais uma vez, a Lei 8.666/93, em seu art. 48, § 3º, estipula que, se forem todos os licitantes desclassificados, a administração poderá conceder o prazo de 8 dias úteis para que se adequem ao edital, mediante a apresentação de novas propostas. Repita-se que a doutrina majoritária entende se tratar de um poder dever da Administração Pública e não uma faculdade concedida ao ente estatal. Isso porque se trata de mais uma tentativa, exposta em lei, de salvar o procedimento licitatório já iniciado.

Diante disso, entende-se claramente que o caso em tela enseja por completo a apresentação dos documentos escoimados dos vícios observados em sede de habilitação, apesar da D. Comissão Especial de Licitação não o ter requerido. Isto porque o artigo 48, §3º, da Lei Geral de Licitações, enuncia um importante objetivo a ser tutelado pela Administração Pública: o de garantir a celeridade e a economia dos atos que compõem um procedimento licitatório.

A celeridade e a economia dos atos dos procedimentos licitatórios no caso em tela relacionam-se principalmente ao fato de não haver a necessidade de se abrir um novo procedimento licitatório ou mesmo exigir a apresentação de novas propostas completas, mas tão somente "corrigir" a documentação apresentada naquele ponto

⁴ A Lei Geral de Licitações - *Lei Federal nº 8.666/93* - traça as regras básicas do procedimento licitatório, estabelecendo alguns princípios jurídicos que o norteiam (art. 3º), dentre os quais se destacam a legalidade, a impessoalidade, a moralidade, a igualdade, a publicidade, a probidade administrativa, a vinculação ao instrumento convocatório, o julgamento objetivo das propostas.

⁵ A competitividade está resguardada neste caso concreto principalmente pelo fato da proposta de preços ainda não ter sido aberta.

⁶ CARVALHO, Matheus. *Manual de Direito Administrativo*. Salvador, Editora JusPODIVM. 2ª edição. 2015, p.434.



específico que incidiu na inabilitação das licitantes. Neste sentido, ao que parece, se posiciona Maria Sylvia Zanella Di Pietro⁷, senão vejamos:

"Há que se observar que o art. 48, § 3º, deve ser interpretado em seus estritos limites: ele não permite a substituição integral de uma proposta por outra; ele apenas permite que o vício que levou à inaceitabilidade seja corrigido naquele ponto específico. A mesma exigência se faz independentemente de ser um só o proponente ou serem vários. De outra forma, estariam sendo burlados os prejuízos da licitação. "

No mesmo sentido, há decisão judicial que defende o ideário de que se a Comissão de Licitação estiver diante de meros erros materiais nas propostas desclassificadas, deve-se permitir aos licitantes tão-somente a possibilidade de escoimá-los, sem, contudo, a faculdade de apresentação de novos preços, haja vista que os mesmos estão postos e foram resguardados, ou seja, os envelopes não foram abertos. Confira-se, assim, a decisão proferida pelo Egrégio Tribunal Regional Federal da 4- Região:

"ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. CONTRATO ADMINISTRATIVO.

- À vista do art. 48, da Lei nº 8.666/93, com a redação da Lei nº 8.883/94 e a remuneração da Lei nº 9.648/98, sendo desclassificadas todas as propostas, a Administração pode autorizar a apresentação de outras escoimadas dos vícios determinantes da desclassificação, quais sejam o descumprimento das exigências do ato convocatório da licitação ou a pretensão de preços excessivos ou manifestamente inexequíveis, mas isso não significa, em absoluto, faculdade de apresentação de proposta inteiramente nova, que vá além da correção dos aludidos defeitos.

- Inexistindo pedido no sentido de ser realizado novo certame, o ato sentencial revela-se 'extra petita'. Grifamos. (TRF da 4ª REGIÃO. AMS - APELAÇÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA - 76794. Processo: 199970000305854/PR. Órgão Julgador: QUARTA TURMA. Rel. JUIZ VALDEMAR CAPELETTI. Data da decisão: 7-3-2002. Pub. DJU. DATA: 27-3-2002, p. 261).²¹

Assim, diante do exposto e, em atendimento aos princípios preditos e à doutrina majoritária, a **KPMG** vem requerer que a Comissão Especial de Licitação permita que as licitantes inabilitadas no presente certame apresentem nova documentação escoimada de vício.

Passa-se à análise da documentação da **BDO**.

IV- DA INABILITAÇÃO DA BDO RCS AUDITORES INDEPENDENTES S/S

⁷ DI PIETRO, Maria Silvia Zanella. *Temas Polêmicos sobre Licitações e Contratos*. 5. ed. São Paulo: Malheiros, 2005, p. 232.

Relativamente à documentação apresentada pela **BDO**, além das irregularidades observadas na documentação verificou-se irregularidades nas documentações que comprovam a habilitação fiscal e a qualificação técnica.

4.1- Da necessidade de manutenção da inabilitação da empresa BDO RCS Auditores Independentes S/S por descumprimento do item 3.4 do Anexo II do Edital:

De acordo com os termos do edital as licitantes deveriam apresentar a documentação relativa à regularidade fiscal e trabalhista prevista no item 3 do Anexo II, do Edital.

Observa-se que para provar a sua regularidade perante a Fazenda Municipal de São Paulo, nos termos da alínea "d" do referido item, a **BDO** apresentou somente a Certidão Conjunta de Débitos de Tributos Mobiliários.

No entanto, a apresentação da referida certidão não é suficiente para comprovar a regularidade fiscal da **BDO** perante a Fazenda Municipal de São Paulo.

Isto porque, o Decreto n. 50.691/2009, que dispõe sobre a prova de regularidade tributária perante a Fazenda Municipal e outros, determina que a regularidade fiscal tributária da Fazenda Municipal de São Paulo é comprovada mediante a apresentação de 2 (duas) certidões, quais sejam as certidões negativa de débitos de tributos mobiliários E imobiliários, expedidas pela Secretaria Municipal de Finanças. Confira-se o que dispõe o art. 1º do mencionado Decreto:

Art. 1 A prova de regularidade fiscal e tributária perante a Fazenda Municipal far-se-á mediante a emissão das seguintes certidões:

I – Certidão Negativa de Débitos de Tributos Mobiliários, expedida pela Secretaria Municipal de Finanças, quanto aos tributos mobiliários;

II – Certidão Negativa de Débitos de Tributos Imobiliários, expedida pela Secretaria Municipal de Finanças, quanto aos tributos imobiliários. (Grifos nossos)

Da leitura do dispositivo supracitado, verifica-se que o Decreto não dá margem para interpretação diversa, senão a de exigir para fins de comprovação da regularidade fiscal e tributária perante a Fazenda Municipal, que as licitantes apresentem, obrigatoriamente, **as duas** certidões indicadas no dispositivo supracitado.






57

- **Certidão de Tributos Mobiliários:**



 PREFEITURA DE SÃO PAULO Secretaria Municipal da Fazenda	
Certidão Conjunta de Débitos de Tributos Mobiliários	
Certidão Número:	0004066 - 2018
CPF/CNPJ Raiz:	57.755.217/
Contribuinte:	KPMG AUDITORES INDEPENDENTES
Liberação:	04/01/2018
Validade:	03/07/2018
Tributos Abrangidos:	Imposto Sobre Serviços - ISS Taxa de Fiscalização de Localização, Instalação e Funcionamento Taxa de Fiscalização de Anúncio - TFA Taxa de Fiscalização de Estabelecimento - TFE Taxa de Resíduos Sólidos de Serviços de Saúde - TRSS (incidência a partir de Jan/2011) Imposto Sobre Transmissão de Bens Imóveis - ITBI
Unidades Tributárias:	CCM 2.362.471-5 - Início atv: 16/03/1985 (R. VERSUERO, 3111 - CEP: 04101-900) CCM 9.426.257-8 - Início atv: 24/06/1987 (R. ARQUITETO OLAVO REDIS DE CAMPOS, 105 - CEP: 04711-004) CCM 2.024.113-5 - Início atv: 14/09/1961 (R. DOUTOR RENATO PAES DE BARROS, 62 - CEP: 04530-000 - Cancelado em: 22/07/2016)
<p>Ressalvado o direito da Fazenda Municipal cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo que vierem a ser apuradas ou que se verificarem a qualquer tempo, inclusive em relação ao período contido neste documento, relativas a tributos administrados pela Secretaria Municipal da Fazenda e a inscrições em Dívida Ativa Municipal, junto à Procuradoria Geral do Município e certificado que a Situação Fiscal do Contribuinte supra, referente aos créditos tributários inscritos e não inscritos na Dívida Ativa abrangidos por esta certidão, até a presente data é REGULAR, CERTIFICO MAIS QUE O CONTRIBUINTE POSSUI AUTOS DE INFRAÇÃO COM A EXIGIBILIDADE SUSPensa, QUE POSSUI AUTOS DE INFRAÇÃO EM FASE DE DEFESA, QUE OS CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS CONSUBSTANCIADOS PELOS AUTOS DE INFRAÇÃO Nº 6727531-1, 6727537-0, 6727534-6, 6727538-9, 6723580-8, 6723581-6, 6725836-0, 6725835-2, 6727535-4 E 6727539-7 ESTÃO GARANTIDOS POR DEPOSITOS JUDICIAIS, CONFORME DICAJ (SEI Nº 6017.2017/0054039-3), QUE HÁ NOTÍCIA DE CAUSA SUSPENSIVA PARA DIVERSOS AUTOS DE INFRAÇÃO, CONFORME FISC (SEI Nº 6017.2017/0049001-6) E QUE HÁ OS PROCESSOS DE REALOCAÇÃO DE PAGAMENTOS SEI Nº 6017.2017/0050178-9 E Nº 6017.2017/0052080-5.</p> <p>A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, no endereço http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/fazenda/. Qualquer rasura invalidará este documento.</p>	
<p>Certidão expedida com base na Portaria Conjunta SF/PROM nº 4, de 12 de abril de 2017, Instrução Normativa SF/SUREM nº 3, de 6 de abril de 2016, Decreto 50.661, de 29 de junho de 2009, Decreto 61.714, de 13 de agosto de 2010.</p> <p>Certidão emitida às 11:05:52 horas do dia 4/1/2018 (hora e data de Brasília)</p> <p>Código de Autenticidade: 20369049</p> <p>A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página da Secretaria Municipal da Fazenda http://www.prefeitura.sp.gov.br/pt</p>	

• **Certidão de Tributos Imobiliários:**



**PREFEITURA DE
SÃO PAULO**

Secretaria Municipal da Fazenda

Certidão Conjunta de Débitos de Tributos Imobiliários

Certidão Número:	0000223704-2018
Número do Contribuinte:	085.553.0175-0
Nome do Contribuinte:	INFORMAÇÃO PROTEGIDA POR SIGILO FISCAL
Local do Imóvel:	AV DR CHUCRI ZAIDAN, S/N, VILA SÃO FRANCISCO CEP: 04583-110
Cep:	04583-110
Liberação:	07/05/2018
Validade:	03/11/2018

Ressalvado o direito de a Fazenda Municipal cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo que vierem a ser apuradas ou que se verifiquem a qualquer tempo, inclusive em relação ao período contido neste documento, relativas a tributos administrados pela Secretaria Municipal da Fazenda e a inscrições em Dívida Ativa Municipal, junto à Procuradoria-Geral do Município é certificado que a Situação Fiscal do Contribuinte supra, referente ao Imposto Predial e Territorial Urbano, Taxa de Limpeza Pública, Taxa de Conservação de Vias e Logradouros Públicos, Taxa de Combate e Sinistros e Contribuição de Melhoria incidentes sobre o imóvel acima identificado inscritos e não inscritos na Dívida Ativa até a presente data é:

REGULAR.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, no endereço <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/fazenda/>.
Qualquer rasura invalidará este documento.

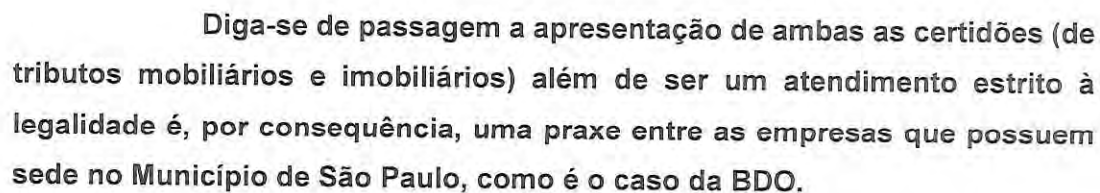
Certidão expedida com base na Portaria Conjunta SF/PGM nº 4, de 12 de abril de 2017, Decreto 50.691, de 29 de junho de 2009, Decreto 51.714, de 13 de agosto de 2010 e Portaria SF nº 4, de 05 de janeiro de 2012.

Certidão emitida às 10:10:21 horas do dia 10/05/2018 (hora e data de Brasília)

Código de autenticidade: 84D60316

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página da Secretaria Municipal da Fazenda <http://www.prefeitura.sp.gov.br/sf>





Ora, é inegável que a **BDO** descumpriu não só exigência do edital, bem como norma expressamente prevista na Lei, ao apresentar tão somente a Certidão de Tributos Mobiliários.

Nesse sentido, ressalta-se que não cabe à KPMG, nem tampouco à BDO ou a este órgão licitante, dispor de forma contrária ao que estabelece aquele município, sob pena de ofensa direta ao princípio da legalidade e a tripartição dos poderes, uma vez que o poder de regular essa questão compete ao executivo de São Paulo, bem como ofensa ao princípio da isonomia, na medida que os demais licitantes, cumprem tal regramento.

⁹ Pois os demais licitantes são obrigados a apresentar tal documentação.

9 Pois existia a exigência de regularidade fiscal no Edital.

am a

Ora, a manutenção da habilitação da licitante privilegia licitante que deixou de apresentar documento obrigatório, o que é inadmissível, vez que exclui-se do certame licitante que cumpre todos os requisitos de habilitação exigidos no Edital e na legislação vigente, o que viola os princípios que norteiam as licitações públicas.

Dessa forma, resta claro que além do descumprimento no previsto nos subitens 1.1 a 1.5 a decisão de inabilitar a BDO deverá ser mantida, em razão de não ter apresentado documento obrigatório para comprovar a sua regularidade fiscal perante o Município de São Paulo.

Passa-se à análise da documentação de qualificação técnica da BDO.

4.2. Da necessidade de manutenção da inabilitação da empresa BDO RCS Auditores Independentes S/S por descumprimento do item 5.1 do Anexo II do Edital:

Relativamente à qualificação técnica o Anexo II do Edital determina em seu item 5.1 que a licitante deverá apresentar atestados de capacidade técnica que comprovem a execução de serviços de auditoria independente sobre a demonstrações contábeis, conforme cita-se abaixo:

5. Qualificação Técnica:

5.1. Apresentar atestado (s) de capacidade técnica expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove a execução de serviços de auditoria independente sobre demonstrações contábeis preparadas de acordo com as práticas contábeis vigentes adotadas no Brasil, por exercício(s) social(is) completo(s), em instituição financeira nacional detentora de ativo total de valor igual ou superior a um bilhão e setenta e sete milhões de reais. Ainda que o objeto licitado abranja as entidades BANDES e Fundos, o parâmetro exigido de ativo total foi calculado no percentual de setenta por





cento, aplicado unicamente sobre os grupos contábeis da entidade Bandes constantes do balanço patrimonial do exercício social de 2016.

5.1.1. Para a referida comprovação deverá ser apresentado atestado(s) de capacidade técnica fornecido(s) por órgãos da administração pública ou entidade privada, devidamente assinado, carimbado e em papel timbrado da empresa ou órgão tomador, compatível com o objeto desta licitação.

5.1.2. Para fins deste Edital, o conceito de instituição financeira nacional abrange as seguintes instituições: bancos de desenvolvimento, agências de fomento, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, bancos comerciais, bancos múltiplos e Caixa Econômica Federal, cujas definições estão disponíveis no sítio eletrônico do Banco Central do Brasil, em http://www.bcb.gov.br/pre/composicao/bancos_caixa.asp?idpai=SFNCOMP.

Como sabido, a exigência de qualificação técnica decorre diretamente do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal. O objetivo do legislador constituinte ao autorizar a fixação destes critérios é limitar a participação dos interessados em certames licitatório, mediante o impedimento na contratação de empresas que não comprovem inequivocamente condições técnicas e operacionais adequadas para executar o objeto da licitação, assegurando o interesse público.

Nesse sentido, imperioso destacar que a Lei 8.666/1993 especifica em seu art. 30, inciso II, a tratativa da capacidade técnico-operacional dos licitantes, denotando que a comprovação de sua capacidade se dará mediante a apresentação de atestado de aptidão para o desempenho de atividade compatível com o objeto da licitação, em características, quantidades e prazos.

A lei incentiva o caráter competitivo com o aumento do universo de competidores, propiciando, desta forma, a obtenção da proposta mais vantajosa à Administração. Entretanto, o universo de competidores será franqueado a quem tenha reais e comprovadas condições de realizar o objeto, a fim de impedir que o órgão público contrate uma empresa desqualificada e, conseqüentemente, venha prestar um mau serviço à coletividade.

Sob estas duas óticas (Constituição Federal e Lei de Licitações), é essencial a apresentação de Atestados de Capacidade Técnica que comprovem o atendimento a todos os requisitos do Instrumento Convocatório, o que não fora feito pela **BDO**. Os documentos comprobatórios devem, obrigatoriamente, comprovar a execução de trabalhos correlatos com o objeto editalício, o que não foi devidamente observado pela licitante BDO.

Especificamente para comprovação de experiência do item 5.1 do Anexo II do Edital a **BDO** apresentou os seguintes atestados: (1) Desenvolve S.P (2) Agencia de Fomento do Estado da Bahia S.A - DESENBAHIA, (3) Banco Nacional S.A em Liquidação extrajudicial.

Após detida leitura dos atestados apresentados, foram observadas algumas inconsistências que incidem na manutenção da inabilitação da **BDO** pela D. Comissão de Licitação do BANDES.

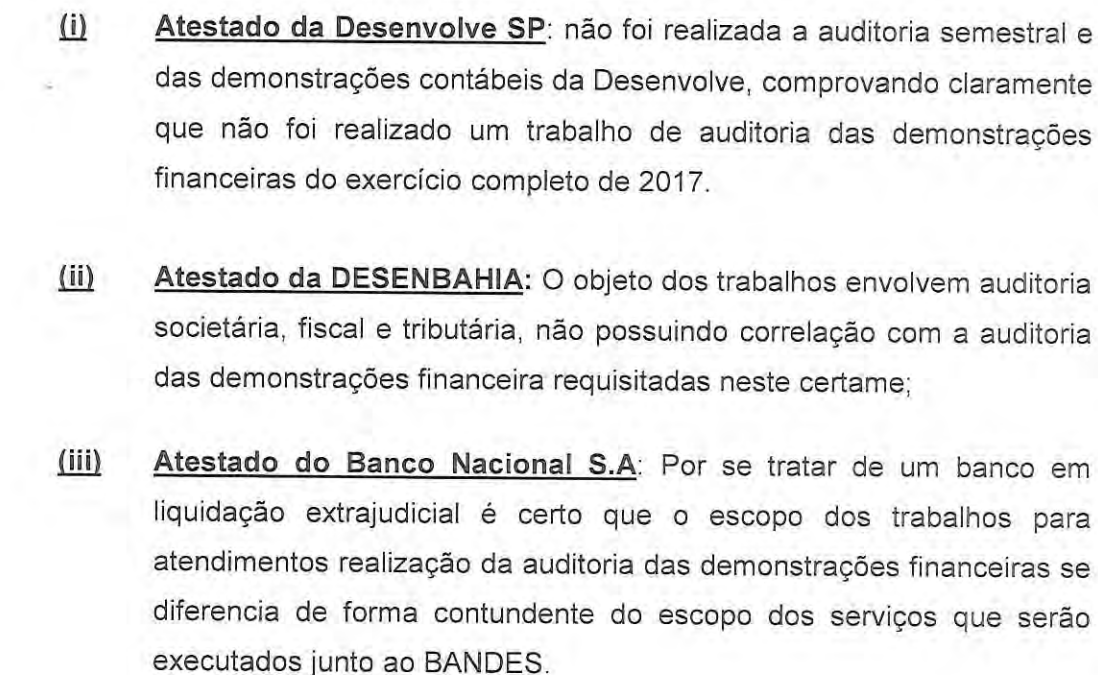
Tal afirmação pode ser verificada pois relativamente ao atestado da Desenvolve SP e Desenhahia e do Banco Nacional S.A observa-se que os mesmos não atendem ao escopo dos trabalhos requeridos nas Normas Editalícias. Além disso, tais atestados não encontram-se devidamente registrado (s) em conselho de classe profissional.

Vejamos tais apontamentos nos itens adiante.

4.2.1 Do Não Atendimento ao escopo dos trabalhos requeridos nas Normas Editalícias:

Relativamente ao escopo dos trabalhos realizados em cada atestado apresentado pela BDO, observa-se que:





Diante disso tendo em vista o não atendimento ao escopo dos trabalhos requisitado no presente edital, não há como avaliar a capacidade técnica da licitante BDO, não havendo outra saída à Comissão de licitação, senão em manter a referida empresa inabilitada.

Como se não bastasse tais pontos, outra inconsistência ainda mais grave foi observada na documentação de habilitação da BDO: trata-se da apresentação e atestados de capacidade técnica não registrados no Conselho de Classe Profissional competente.

Sobre esta questão, vejamos o subitem a seguir.

4.2.2 Da apresentação de atestados não registrados no Conselho de Classe Profissional:

Após avaliação dos três atestados de capacidade técnica apresentados pela **BDO**, verificou-se que os mesmos não possuem registro no órgão de classe competente. Cumpre informar que tal inconsistência fere o

dispositivo legal esculpido no art.30 da Lei 8.666/93 (Lei de Licitações e Contratos).
Senão vejamos:

Art. 30. A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:

.....*omissis*.....
II - comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, e indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;

.....*omissis*.....
§ 1º A comprovação de aptidão referida no inciso II do "caput" deste artigo, no caso das licitações pertinentes a obras e serviços, será feita por atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrados nas entidades profissionais competentes, limitadas as exigências a: (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

Assim, verifica-se que a legislação é explícita em exigir referido registro.

Partindo desta premissa, passa-se a analisar o motivo pelo qual a empresa **BDO** ao apresentar atestado de capacidade técnica sem o devido registro no órgão de classe competente, desatendeu não só a Lei de Licitações mas também as normas constantes do órgão de classe competente e por consequência o Edital.

Conforme verificamos no item anterior a obrigatoriedade do registro advém do dispositivo legal esculpido no art.30, da Lei 8.666/93 (Lei de Licitações e Contratos) acima mencionado.

O referido dispositivo legal não dá margem para outra interpretação senão a de que os atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, deverão estar "**DEVIDAMENTE REGISTRADOS NAS ENTIDADES PROFISSIONAIS COMPETENTES**".



O caso em tela se encaixa perfeitamente na regra acima determinada. Isto porque a presente licitação tem por objeto a *Contratação de empresa para a realização de Auditoria Independente das demonstrações financeiras*, sendo claro e evidente que as atividades ora mencionadas são privativas de Contador e consequentemente são disciplinadas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

A competência pela fiscalização da profissão de Contador foi estabelecida pelo Decreto Lei 9.295/46, que abaixo citamos:

Art. 1º Ficam criados o Conselho Federal de Contabilidade e os Conselhos Regionais de Contabilidade, de acordo com o que preceitua o presente Decreto-lei.

Art. 2º A fiscalização do exercício da profissão, de contabilista, assim atendendo-se os profissionais habilitados como contadores e guarda-livros, de acordo com as disposições constantes do Decreto nº 20.158, de 30 de Junho de 1931, Decreto nº 21.033, de 8 de Fevereiro de 1932, Decreto-lei número 6.141, de 28 de Dezembro de 1943 e Decreto-lei nº 7.988, de 22 de Setembro de 1945, será exercida pelo Conselho Federal de Contabilidade e pelos Conselhos Regionais de Contabilidade a que se refere o artigo anterior. (Destaque nosso)

É sobremodo importante assinalar que, o próprio Conselho Federal de Contabilidade editou a Resolução CFC 560/83, indicando as atividades privativas dos profissionais de contabilidade, conforme transcrevemos abaixo:

Art.3º São atribuições privativas dos profissionais da contabilidade:

.....omissis.....

34) - auditoria externa independente;

Neste sentido, tendo em vista que a entidade profissional competente pelo controle dos serviços licitados no presente certame é o Conselho Federal de Contabilidade, este editou uma resolução própria, qual seja RESOLUÇÃO CFC Nº 782/95, que dispõe especificamente sobre o arquivamento de atestados em Conselho Regional de Contabilidade para fins de cumprimento do previsto no §1º, do art.30, da Lei Federal 8.666/1993, a qual deixamos transcrita por completo, abaixo:



RESOLUÇÃO CFC Nº 782/95

Dispõe sobre o arquivamento de atestados em Conselho Regional de Contabilidade para fins de licitação.

O CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, no exercício de suas atribuições legais e regimentais,

CONSIDERANDO que o § 1º do art. 30 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com redação dada pela Lei nº 8.883, de 8 de junho de 1994, estabelece o registro nas entidades profissionais competentes, dos atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, para fins de comprovação de aptidão, visando a participação em licitação;

CONSIDERANDO que ao Conselho Federal de Contabilidade compete adotar as providências necessárias a alcançar a unidade de ação administrativa;

CONSIDERANDO que a Resolução CFC nº 776/95, de 14 de fevereiro de 1995, cumpriu seu objetivo imediato, merecendo alteração redacional para melhor servir ao interesse da Classe Contábil;

RESOLVE, *ad referendum* do Plenário:

Art. 1º Instituir o arquivo, nos Conselhos Regionais de Contabilidade, de atestado fornecido por pessoas jurídicas de direito público ou privado para fins de habilitação nas licitações, tendo em vista o que dispõe o art. 27, II, c/c o art. 30, II, § 1º, da Lei nº 8.883, de 8 de junho de 1994.

Art. 2º O CRC procederá o arquivamento, atribuindo a cada um dos atestados um número, em ordem cronológica.

§ 1º O atestado deverá ser apresentado acompanhado de cópia autenticada que ficará arquivado no CRC.

§ 2º Aplicar-se-á no atestado um carimbo com os seguintes dizeres:

"ARQUIVADO NO CRC, NOS TERMOS DA LEI N.º 8.666/93 COM REDAÇÃO DADA PELA LEI N.º 8.883/94.

. DE

DE 19"

Art. 3º Antes de proceder o arquivamento do atestado, o CRC verificará se o profissional, ou empresa contábil nele citado, está em situação regular.

Parágrafo único. Não deverá ser arquivado o atestado no qual conste profissional ou empresa contábil, matriz ou filial, que esteja irregular perante o CRC ou impedidos do exercício profissional.

(Alterado pela Resolução CFC n.º 1.487/2015)

Art. 4º O atestado de comprovação da aptidão será arquivado pelo profissional ou empresa contábil, matriz ou filial, no Conselho Regional de Contabilidade em cuja jurisdição o trabalho tenha sido realizado. (Alterado pela Resolução CFC n.º 1.487/2015)

§ 1º Só deverá ser arquivado o atestado de comprovação de aptidão relativo a trabalho de natureza contábil realizado nos últimos 5 (cinco) anos.



§ 2º Constará do atestado de comprovação de aptidão o nome da organização contábil ou do profissional que realizou o serviço, o período de sua execução e especificação do serviço executado.

§ 3º O texto do atestado deverá limitar-se aos elementos especificados no parágrafo 2º e não conter juízo de valor sobre a qualidade técnica do trabalho realizado.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua assinatura, revogada a Resolução CFC nº 776/95.

Brasília, 5 de maio de 1995.

1Contador JOSÉ MARIA MARTINS MENDES
Presidente (destaque nosso)

Cumprir informar que o entendimento de que os atestados registrados pelo órgão de classe competente devem ser exigidos em para fins de comprovação de capacidade técnica da licitante, quando houver normativo que o discipline, é plenamente adotado pelos Tribunais. Vejamos o que dispõe o Acórdão 1452/2015:

Acórdão 1452/2015 Plenário (Representação, Relator Ministro-Substituto Marcos Bemquerer)

Licitação. Habilitação técnica. Conselho de fiscalização profissional.

Somente é lícito exigir que o atestado de capacidade técnica seja visado, reconhecido, autenticado ou averbado pelo conselho de fiscalização profissional se a legislação especial aplicável à atividade em questão previr que a entidade de fiscalização mantenha controle individualizado sobre cada trabalho realizado. O edital da licitação não pode conter exigências de habilitação técnica que não guardem correspondência com o regramento próprio da atividade demandada, sob pena de criar restrição arbitrária e indevida à participação de potenciais interessados.

Não resta quaisquer dúvidas de **QUE A OBRIGATORIEDADE DO REGISTRO DO REFERIDO ATESTADOS NA ENTIDADE PROFISSIONAL COMPETENTE É TOTAL**. Esta obrigatoriedade fora prevista em dispositivo legal, e, dada a competência da entidade profissional, qual seja o CFC, **nenhum ato do executivo pode alterá-la**, haja vista que estaria descumprindo o princípio da harmonia entre os três poderes que estabelece: ao Legislativo cumprir legislar, ao Judiciário julgar e ao Executivo executar. Executar dentro de prévia legislação que preveja determinada conduta.



Não menos importante lembrarmos que o próprio Edital traz em diversas oportunidades a obrigatoriedade das licitantes cumprirem as normas de contabilidade. Pois bem, a referida Resolução é norma emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade e aplicável à espécie.

Desta forma, não existe outra saída para o Ente licitante senão desconsiderar o referido atestado para fins de habilitação, uma vez que o mesmo não está registrado no órgão competente.

Deixemos claro e evidente que esta é a **regra aplicável** e prevista por Lei e regulamento profissional, adotada doutrinariamente e aceita pela jurisprudência majoritária. A exceção estaria no fato não existir uma entidade que efetuasse tal controle, O QUE EFETIVAMENTE NADA TEM HAVER COM O CASO EM TELA, haja vista que o profissional de contabilidade possui entidade profissional competente que o controle.

Neste entendimento o administrativista Marçal Justen Filho¹¹ dispõe que:

(...) , deve-se reputar inaplicável a exigência de “registro” de atestados referidos a atividades relativamente às quais não haja um controle por parte das entidades profissionais competentes.

Sendo assim, resta claro que o presente caso não se enquadra nesta hipótese, uma vez que atividade está devidamente identificada e disciplinada. Novamente e neste mesmo sentido se posicionou a melhor doutrina, senão vejamos:

Uma vez existindo lei que condicione o exercício de profissão ao cumprimento de certos requisitos, incumbirá à entidade profissional a fiscalização. Ser-lhe-á atribuído inclusive poder de polícia para punir aqueles que descumpram os parâmetros adequados. Portanto, a lei presume que o exercício de atividades técnicas será

¹¹JUSTEN FILHO, Marçal. *Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos*. São Paulo. Editora Dialética. 13ª edição 2009 p. 440.



efetivado satisfatoriamente por parte daqueles que se encontrem inscritos perante as entidades profissionais.¹²

Desta forma, NEM POR HIPÓTESE DEVE SER ARGUMENTADO QUE O REGISTRO NÃO É CABÍVEL NO CASO EM TELA. Caso por ventura surgisse esta argumentação descabida, teríamos ferido por completo o Princípio da Legalidade¹³, haja vista que o Administrador Público pode atuar tão somente em conformidade com a LEI¹⁴, que deverá no caso em tela ser considerada em sentido amplo, abarcando todas as formas legislativas, desde ao próprio texto constitucional, até às leis ordinárias, complementares e delegadas.

A exigência do atestado registrado tem vínculo direto com o controle exercido pelos Conselhos Regionais de Contabilidade que prestam tal serviço público por delegação, atuando como “*polícia administrativa*”¹⁵ em atendimento ao Princípio da Supremacia do Interesse Público sobre o Privado, e, intervindo de forma *preventiva, repressiva e ou fiscalizadora* sobre o particular.

Nesta linha de entendimento, podemos inferir que a Resolução do CFC Nº 782/1995, objetivando resguardar a atuação dos Conselhos Regionais de Contabilidade como “*Polícia Administrativa*”, determinou que os atestados fossem registrados.

Tal medida assegura por completo a aferição por parte do órgão licitante da capacidade técnica operacional das empresas participantes do certame licitatório para execução dos trabalhos. **E as empresas licitantes terão suas informações “garantidas” por órgãos de classes responsáveis por tais análises.**

¹²JUSTEN FILHO, Marçal. *Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos*. São Paulo. Editora Dialética. 13ª edição 2009 p.416.

¹³Consoante o entendimento de Marçal Justen Filho “O princípio da legalidade está abrangido na concepção de democracia republicana. Significa a supremacia da lei (expressão que abrange a Constituição), de modo que a atividade administrativa encontra na lei seu fundamento e seu limite de validade”.

¹⁴CARVALHO, Matheus. *Manual de Direito Administrativo*. Salvador, Editora JusPODIVM. 2ª edição. 2015, p.62.

¹⁵ Para Celso Antônio Bandeira de Mello o conceito de polícia administrativa seria: “o poder expressável através da atividade de Polícia Administrativa é o que resulta de sua qualidade de executora das leis administrativas, é a contraface de seu dever de dar execução a estas leis.” BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio. *Curso de Direito Administrativo*. São Paulo: Editora Malheiros, 26ª ed.2009.



Nesse mesmo sentido, imperioso trazermos à baila o posicionamento do STJ que corrobora este entendimento:

RECURSO ESPECIAL - MANDADO DE SEGURANÇA - LICITAÇÃO - ARTIGO 30, II, 1º DA LEI N. 8.666/93 - CERTIFICAÇÃO DOS ATESTADOS DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA - AUSÊNCIA DE REGISTRO NO CREA - VIOLAÇÃO À LEI DE LICITAÇÃO.

O artigo 30, inciso II, 1º da Lei de Licitações, determina a comprovação de aptidão técnica, no caso de licitações pertinentes a obras e serviços, por atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente certificados pela entidade profissional competente.

In casu, porém, a empresa recorrida foi excluída de processo licitatório, na fase de habilitação, por não ter registrado no CREA o atestado, fornecido por pessoa jurídica de direito privado, que comprovava a execução de estrutura metálica com vão livre superior a vinte metros, conforme determinava o Instrumento Editalício.

É certo que o edital pode estabelecer exigências que particularizem as diretrizes elencadas pela lei, para que seja realmente aferida a capacidade técnica e operacional das empresas candidatas à execução da obra ou serviço. Não se pode, todavia, admitir a faculdade de excluir disposições legais que têm por finalidade justamente a garantia das informações apresentadas pelas licitantes por órgão oficial.

E ainda, não menos importante:

A Lei de Licitações determina que deverá ser comprovada a aptidão para o desempenho das atividades objeto da licitação (artigo 30, inciso II), por meio de 'atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito pública ou privado, devidamente certificados pelas entidades competentes (...)' (artigo 30, § 1º)¹⁶.

Entretanto, apesar da existência da Resolução Nº 782/95 do CFC regulando a questão, mesmo o caso concreto tendo correlação com a melhor doutrina, e por fim, havendo inúmeros julgados como vimos acima, mesmo assim a licitante **BDO** descumpriu a regra, não restando outra alternativa à comissão

¹⁶ *Op cit.* REsp nº 138.745/RS, 2º T., rel. Min. Franciulli Netto, j. em 05.04.2001, DJ de 25.06.2001.





Especial de Licitação do **BANDES** se não em manter a inabilitação da referida licitante também por esta razão.

V. DO PEDIDO

Diante do exposto a **KPMG** requer, com base nas razões de fato e de direito acima expostas, que o presente recurso, primeiramente seja recebido com efeito suspensivo, e, posteriormente seja julgado totalmente procedente, a fim de que sejam apresentadas novas documentações escoimadas de vício pelas empresas KPMG e BDO, tendo em vista todas as justificativas apontadas ao longo deste Recurso, bem como em obediência aos ditames legais e os prescritos no instrumento convocatório, além disso declarar a inabilitação da BDO também pelos defeitos em sua documentação de habilitação e qualificação técnica aqui tratados.

Caso este não seja o entendimento, requer a **KPMG** que o presente Recurso seja convertido em Recurso Hierárquico, a fim de que seja submetido à apreciação superior, nos termos do disposto no § 4º, do artigo 109 da Lei 8.666/93.

Termos em que, pede deferimento.

Vitória, 14 de Junho de 2018.


KPMG AUDITORES INDEPENDENTES
AMANDA PASSOS MASSON
Procuradora



KPMG Auditores Independentes

Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A

04711-904 - São Paulo/SP - Brasil

Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil

Telefone 55 (11) 3940-1500, Fax 55 (11) 3940-1501

SUBSTABELECIMENTO

Pelo presente instrumento,

Eu, **Mario José Pace Junior**, advogado, casado, portador do RG n.º 20.549.550-3, inscrito no CPF/MF sob o n.º 280.262.408-39 e OAB/SP 198.538, vem pelo presente, **SUBSTABELECER COM RESERVA DE IGUAIS PODERES**, à **Sandra Regina Matias Nunes**, brasileira, solteira, consultora, portadora do RG 16.261.792-6, CPF/MF sob o n.º 085.935.208-04, **Amanda Passos Masson**, brasileira, casada, advogada, portadora do RG n.º MG 10.407.402, inscrita no CPF/MF sob o n.º 055.201.086-33 e OAB/SP n.º 352.858, **Leticia Palhares Salles**, brasileira, casada, advogada, portadora do RG n.º MG 10.539.985, inscrita no CPF/MF sob o n.º 056.711.066-48 e OAB/MG 139.781, **Cynthia Aparecida de Oliveira Ramon**, administradora, casada, portadora do RG n.º 35.191.950-8 SSP/SP, inscrita no CPF/MF sob o n.º 318.961.908-55, e **Leandro Silva de Lima**, brasileiro, solteiro, analista de licitações, portador do RG n.º 48.119.349-2, inscrito no CPF/MF sob o n.º 391.667.078-62, todos com endereço comercial a Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, n.º 105, Ed. EZ Towers - Torre A, 6º ao 12º andar - Parte, Vila São Francisco, São Paulo, SP, CEP 04711-904.

Poderes para: representar a KPMG Auditores Independentes, sociedade simples, organizada de acordo com as Leis da República Federativa do Brasil, com sede na Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, n.º 105, Ed. EZ Towers - Torre A, 6º ao 12º andar - Parte, Vila São Francisco, São Paulo, SP, CEP 04711-904, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ/MF sob o n.º 57.755.217/0001-29, representar a Outorgante e todas suas filiais conferindo-lhe poderes especiais para, no âmbito da administração pública federal, estadual, municipal ou distrito federal, seja ela direta ou indireta, organismos multilaterais de crédito (nacionais ou internacionais), serviço social autônomo, em cadastros (em instituições públicas e privadas), registros, licitações, concorrências, tomadas de preços, convites, pregões (presenciais e eletrônicos), manifestos de interesse, chamamentos públicos (PMI/MIP), contratações diretas por dispensa de licitação e/ou por inexigibilidade, solicitação de propostas, leilões e concursos, quando poderá a Outorgada em qualquer fase do processo: assinar pedidos e requerimentos, prestar informações, assinar documentos para registros, cadastros, solicitação de certidões ou de situação fiscal, pedir vistas e quaisquer documentos que farão parte dos procedimentos de contratação, assinar atas e quaisquer outros documentos, impugnar atas e documentos, transigir, fazer declarações, apresentar recursos, indagar, recorrer e desistir de recursos, assinar documentos da habilitação, proposta técnica e comercial, fazer lances em pregões (presenciais e eletrônicos), assinar formulários para fins de registro de documentos em Juntas Comerciais, podendo enfim, praticar todos os atos necessários para o bom e fiel cumprimento deste mandato.

O presente instrumento de substabelecimento possui prazo de validade de 1 (um) ano após sua assinatura.



Mario José Pace Junior
Procurador

São Paulo, 12 de Março de 2018

Cartório do 11º Tabelião de Notas de São Paulo
R. Domingos de Moraes, 1062 - Vila Mariana - SP - Cep 04010-100 - Fone: (11) 5063-5755
Bel. Paulo Augusto Rodrigues Cruz - Tabelião

Reconheço por SEMELHANÇA COM VALOR ECONOMICO a(s) Firma(s) de: MARIO JOSE
PACE JUNIOR, a qual confere com padrao depositado em cartorio.
São Paulo/SP, 13/03/2018 - 11:03:54
Em Testemunho da verdade. Total R\$ 9,25
Usuario: ANDERSON MILTON YOSHIO SATO - ESCRIVENTE
Etiqueta: 136279 Série: AR 759090

Qualquer emenda ou rasura sera considerado indicio de falsificação e motivo para fraude.





KPMG Auditores Independentes

Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A

04711-904 - São Paulo/SP - Brasil

Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil

Telefone 55 (11) 3940-1500, Fax 55 (11) 3940-1501

PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento,

Outorgante: KPMG AUDITORES INDEPENDENTES, sociedade simples, organizada de acordo com as Leis da República Federativa do Brasil, com sede na Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, nº 105, Ed. EZ Towers - Torre A, 6º ao 12º andar - Parte, Vila São Francisco, São Paulo, SP, CEP 04711-904, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda - CNPJ/MF sob o nº 57.755.217/0001-29.

Outorgados: Mario José Pace Junior, brasileiro, casado, advogado, portador do RG nº. 20.549.550-3, inscrito no CPF/MF sob o nº. 280.262.408-39 e OAB/SP 198.538.

Poderes para: representar a Outorgante e todas suas filiais conferindo-lhe poderes especiais para, no âmbito da administração pública federal, estadual, municipal ou distrito federal, seja ela direta ou indireta, organismos multilaterais de crédito (nacionais ou internacionais), serviço social autônomo, em cadastros (em instituições públicas e privadas), registros, licitações, concorrências, tomadas de preços, convites, pregões (presenciais e eletrônicos), manifestos de interesse, chamamentos públicos (PMI/MIP), contratações diretas por dispensa de licitação e/ou por inexigibilidade, solicitação de propostas, leilões e concursos, quando poderá a Outorgada em qualquer fase do processo: assinar pedidos e requerimentos, prestar informações, assinar documentos para registros, cadastros, solicitação de certidões ou de situação fiscal, pedir vistas e quaisquer documentos que farão parte dos procedimentos de contratação, assinar atas e quaisquer outros documentos, impugnar atas e documentos, transigir, fazer declarações, apresentar recursos, indagar, recorrer e desistir de recursos, assinar documentos da habilitação, proposta técnica e comercial, fazer lances em pregões (presenciais e eletrônicos), assinar formulários para fins de registro de documentos em Juntas Comerciais, podendo enfim, praticar todos os atos necessários para o bom e fiel cumprimento deste mandato, inclusive subestabelecer.

O presente instrumento de procuração possui prazo de validade de 1 (um) ano após sua assinatura.


Cláudio Rogério Sertório
Sócio

KPMG AUDITORES INDEPENDENTES

São Paulo, 12 de Janeiro de 2018.


Charles Kriek
Sócio

20 notário
Jeremias

Rua Joaquim Floriano, 869 - Itaim Bibi
São Paulo - SP - cep 04534-013 - fone: 11 3078-1836

ANDRÉ RIBEIRO JEREMIAS
tabelião

Reconheço, por semelhança, as firmas de (1) CLAUDIO ROGELIO SERTORIO e (1)
CHARLES KRIECK, em documento sem valor econômico
São Paulo, 30 de janeiro de 2018.
Em Teste da verdade. Cód. [1711919616431203106658-0024533]

ISRAEL VIDUY LOPES - Escrevente Autorizado (Vtd 2: total R\$ 12,00)
Selo(s): Selo(s): 2 Atos: AA-314058

O Presente ato somente é válido com selo de Autoridade.

